



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL N.º 002/2020

DATA DA SESSÃO: 21/01/2020

CRENCIAMENTO: 08h30min

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:
08h30min**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA - PI, situada e Localizada a Rua Porfíria Maria de Sousa n° 21 – Centro – Marcolândia – PI, CNPJ n° 41.522.269/0001-15, através do seu PREGOEIRO e da equipe de apoio/Comissão Permanente de Licitações designado pela Portaria 010/2019, e no uso de suas atribuições legais, torna público que, realizará no dia **21/01/2020, às 08:30 horas**, na Sala de Reunião, LICITAÇÃO, na modalidade PREGAO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, **REGIME DE EXECUÇÃO/ADJUDICAÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL**. Regida pela Lei N° 10.520/02 e supletivamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

1.DO OBJETO

1.1 A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS NA ÁREA DE ESPORTE QUE INCLUI ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPO DE FUTEBOL, SOCIETY E FUTSAL NOS CAMPEONATOS ESPORTIVOS REALIZADOS POR ESSA ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2020 INCENTIVOS A PRÁTICA DE ESPORTES, ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTES EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020.

2.DO CREDENCIAMENTO

21. O representante da empresa interessada deverá se apresentar para o credenciamento na data e horário estipulados no preâmbulo para a realização da sessão pública.

21.1. Tratando-se de REPRESENTANTE LEGAL (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), o credenciamento será feito por meio da apresentação do instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos os poderes em decorrência de tal investidura; cópia de documento de identidade com foto. Todos os documentos deverão ser autenticados em cartório ou trazer original para a CPL fazer a conferência e autenticar.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

2.12 Tratando-se de **PROCURADOR**, o credenciamento far-se-á por meio de apresentação de instrumento público de procuração **OU** de instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular lances e ofertas, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os atos pertinentes do certame, cópia de documento de identidade com foto. Todos os documentos deverão ser autenticados em cartório ou trazer original para a CPL fazer a conferência e autenticar.

2.12.1. Em se tratando de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no item 2.1.1.(cópia autenticada em cartório ou trazer original para a CPL fazer a conferência).

22. Na sessão de processamento do pregão somente será admitido um representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

23. Os documentos de credenciamento serão retidos pelo PREGOEIRO e Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e devesse esta descrita no CNAE,

ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS.

93011

3.2. Não poderão participar desta licitação:

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal; ou punidas com suspensão temporária para licitação contratar, nos termos do art. 87, incisos III e IV, da Lei 8.666/93;
- c) Empresas inadimplentes com obrigações assumidas junto a quaisquer órgãos da Administração Pública, Federal, Estadual ou Municipal.
- d) Empresas das quais participem servidores públicos do Município de Marcolândia - PI.

3.3. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) Estar em nome da empresa licitante;
- b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.
- c) Ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por cartório ou, ainda, por membro da CPL;

3.4. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome ou logomarca da licitante.

3.5. No ato da entrega dos envelopes acima referidos, o licitante deverá



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

apresentar o PREGOEIRO, fora dos envelopes 01 e 02, a **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** conforme modelo constante do Anexo III.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1 Os envelopes contendo a **Documentação, e Proposta de Preços** deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Marcolândia - PI, localizada na Rua Porfíria Maria de Sousa nº 21, Bairro: Centro, CEP 64.685.000 Marcolândia - PI, até às **08:30 horas do dia 21/01/2020**.

4.2. A documentação e proposta de preço serão recebidas pela equipe de apoio/Comissão de Licitação, em 02 (dois) envelopes distintos, contendo na face externa os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA – PI.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº **002/2020**

ENVELOPE N.º **01 PROPOSTA DE PREÇOS**

NOME COMPLETO DA EMPRESA E CNPJ

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA – PI.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REGÃO PRESENCIAL Nº **002/2020**

ENVELOPE N.º **02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

NOME COMPLETO DA EMPRESA E CNPJ

4.2.1 Os envelopes que estiverem com a inscrição estabelecida na cláusula 4.2. Incompletos poderão ser aceitos, a critério da CPL, desde que possam ser identificados: o nº da licitação e o nº do envelope.

4.3 – Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame, sob a coordenação do PREGOEIRO.

4.4 - A proposta **COMERCIAL** deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa ou editorada por computador e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, legalmente habilitado.

4.5- Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia devidamente autenticada em cartório ou por servidor da CPL.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

5. DA PROPOSTA DE PREÇO - Envelope “1”

5.1. A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, em 01 (uma) via, em papel timbrado da licitante, sem rasuras, emendas, omissões ou entrelinhas, devidamente assinadas e rubricadas em todas as folhas pelo representante legal ou procurador do licitante. Deverá ser cotada em moeda corrente e conter:

5.1.1. A razão social, endereço e CNPJ da licitante, indicando expressamente os valores propostos.

5.1.2. Número do Pregão Presencial,

5.1.3. A proposta deverá conter a Descrição completa dos itens, constando à especificação de maneira clara a demonstrar que o objeto cotado atende às especificações constantes do Anexo I, deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

5.1.4. Propostas de Preços da Licitante deve estar em conformidade com o Anexo I do presente Edital.

5.2. O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias Contados da data fixada para o recebimento das mesmas, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 10.520/02.

5.3. Os preços propostos constante na proposta deverão incluir os custos diretos e indiretos, tais como: encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, lucro, etc.

5.4. É vedada qualquer indexação de preços por quaisquer índices, os mesmos permanecerão fixos, não sendo aceita qualquer comunicação posterior à proposta, por qualquer meio, informando erro ou omissão, por parte do licitante ou de seus prepostos.

5.5. Havendo divergência entre o preço em algarismo, prevalecerá o representa o menor desembolso para essa administração.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Para habilitação os documentos que deverão constar do envelope -2- "**DOCUMENTAÇÃO**", serão os abaixo relacionados. Sendo assim, a CPL relaciona a seguir a documentação que deverá ser apresentada em uma única via - cópias devidamente autenticadas, ou trazer original para comissão fazer a devida autenticação.

6.1.1- Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade do(s) empresário (s);
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedade comercial,
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2 - Regularidade Fiscal:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (atualizado com data de retirada na internet de 2020);
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União), Estadual (Certidão de Dívida Ativa do Estado e Certidão de Quitação de Tributos Estaduais) e Municipal (Certidão Quanto a Dívida Ativa Municipal, Certidão de Tributos Municipais) com validação do site.
- c) Certidão do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) com histórico do empregador (impresso no próprio site)
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

6.1.3 - Regularidade relativa à Qualificação Econômica – financeira:

a) (Balanço Patrimonial do último exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial) para empresa de grande porte.

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo órgão competente.

6.1.4 – Documentos de Qualificação Técnica

a) Atestado de Capacidade Técnica, ou Declaração Expedida por pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, constatando que já forneceu este tipo de produtos para outros órgãos.

6.1.5- Demais Comprovações Obrigatórias:

a) Declaração de fato superveniente da habilitação (anexo IV).

b) Declaração da licitante, que cumpre ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não mantém relação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menor de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho com menor de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz. (anexo V).

c) Alvará de funcionamento.

d) Declaração de teor do edital (anexo VI)

e) Apenas as microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar Declaração em conformidade com o inciso I, II e parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 para obterem tratamento diferenciado e favorecido da Lei. (anexo VII).

6.2. Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar todos os documentos do mesmo CNPJ.

6.3. A empresa que deixar de apresentar quaisquer um dos documentos acima, será **DESCLASSIFICADA**. Documento com prazo de validade vencido, também ensejará na **DESCLASSIFICAÇÃO**, salvo os casos amparados pelas Leis 123/2006 e 147/2014.

7- DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

7.1. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores serão atendidas da seguinte forma:

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE o prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 43 §1º da Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, para a regularização da documentação.

7.1.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. No julgamento, sendo verificada a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, 147/2014.

7.3. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.4. Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada imediatamente, para apresentar novo lance, inferior àquele da empresa considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5. Na hipótese dos subitens 7.3 e 7.4, caso a Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte não ofereça lance, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6- Conforme Art. 48, III, da Lei 123/06 caso a empresa vencedora não seja ME ou EPP a empresa vencedora poderá subcontratar ME ou EPP locais até o limite de 10% (dez por cento) do valor total contratado.

8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

Data: 21/01/2020

Horário: 08:30 h

Local: Rua. Porfíria Maria de Sousa, 21, Bairro: Centro - Marcolândia – PI.
CEP: 64.685-000



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

9 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS.

9.1 – A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo III deste Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes n^{os} 1 e 2. Os casos omissos serão decididos pelo PREGOEIRO no momento da sessão, com registro da ocorrência em ata.

9.1.1 – A declaração acima referida deverá ser subscrita pelo representante legal ou pelo procurador caso este tenha outorga para tal.

9.1.2 – Caso o licitante credenciado não apresente a declaração acima referida, poderá fazê-la na própria sessão.

10- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. Valor Total Previsto: R\$ 85.932,00 (oitenta e cinco mil) anual. Os recursos serão provenientes do Orçamento Geral do Município de Marcolândia Exercício de 2020: RECURSOS ORDINÁRIOS: FPM/ICMS/ARRECAÇÃO E OUTROS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Órgão: 02 Prefeitura Municipal de Marcolândia

Unidade: 03 Secretaria Municipal de Administração e finanças

Sub Unidade: 00 Secretaria Municipal de Administração e finanças
Manutenção e Encargos da ADM Geral

04.122.1303.2005.0000

Órgão: 02 Prefeitura Municipal de Marcolândia

Unidade: 10 Secretaria Municipal de Esportes

Sub Unidade: 00 Secretaria Municipal de Esportes

Incentivo a Prática de Esportes

27.812.3914.2041.0000

ELEMENTO: 3.3.90.39. Outros serviços de terceiro – Pessoa Jurídica

FONTE 001

11. DA IMPUGNAÇÃO

11.1. **Até 05 (cinco) dias úteis** anteriores a data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma da Lei 8.666/93. **O licitante terá** a mesma prerrogativa **até o 2º (segundo) dia útil** que anteceder a abertura das propostas, sendo neste caso o prazo decadencial.

11.1.1. A petição será dirigida o PREGOEIRO que decidirá no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, conforme prevê a legislação local.

12. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO, E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

12.1. No dia, hora e local especificados neste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento das empresas interessadas em participar do mesmo.

12.2. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao PREGOEIRO a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo III do Edital e, em



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

envelopes separados, a PROPOSTA DE PREÇOS “1” e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO “2”.

123. Abertos os envelopes de proposta de preços, os mesmos serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes, na forma do art. 43,

§2º da Lei nº. 8.666/93.

124. Para Julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

125. As propostas serão selecionadas para a etapa de lances na forma que segue:

12.5.1. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

12.5.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as licitantes autoras das melhores propostas até o máximo de 3 (três) para oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

12.5.3. Não havendo 3 (três) propostas válidas será dada sequência ao procedimento com qualquer número de licitante presentes.

12.5.4. O PREGOEIRO convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior valor e os demais em ordem decrescente.

12.5.5. A desistência em apresentar lance verbal quando convocado pelo PREGOEIRO, implicará na exclusão do licitante daquela rodada de lance e na manutenção do último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

126. Os lances deverão ser formulados em percentual distintos e crescentes, sempre superiores à proposta de menor preço presumido.

127. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances ou conforme determinado pelo PREGOEIRO no momento da sessão.

12.7.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

12.8. O PREGOEIRO poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas a reduzir ainda mais o preço.

12.9. Após a negociação, se houver, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.10. Sendo verificada a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, 147/2014.

12.11. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

12.12. Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada imediatamente, para apresentar novo lance, inferior àquele da empresa considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.13. Na hipótese dos subitens 12.11 e 12.12, caso a Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte não ofereça lance, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Lei nº 123/2006 no Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no **âmbito local** e regional;

O novo **DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015** regulamenta os arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar 123/2006, **revoga o Decreto nº 6.204/2007** e amplia a



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

possibilidade de utilização dos benefícios, por parte de licitantes, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional; ampliar a eficiência das políticas públicas; e incentivar a inovação tecnológica.

- Em 1º Situação Será dado preferencias as empresas locais e após aberto para regionais caso não tenha empresas locais.

13.0. DO RECURSO E DO ATO DE CONTROLE FINAL.

13.1. Declarado o vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02.

13.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, prosseguindo o processo, depois de adjudicado para autoridade superior que deverá realizar o ato de controle final.

13.3. Interposto o recurso, o PREGOEIRO, poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

14 – DA ADJUDICAÇÃO

14.1. Após o resultado classificatório e não sendo interposto recurso no prazo legal, ou havendo desistência do (os) licitantes entrar com recurso, o processo licitatório será adjudicado, e encaminhado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Marcolândia - PI, para posterior homologação do processo licitatório.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Proferido o julgamento pela Comissão e decorrido o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório percorrerá o trâmite normal.

15.2. Após a adjudicação, o processo será encaminhado para ser Homologado o resultado, o proponente vencedor será convocado posteriormente para assinatura do instrumento contratual.

16- DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO:

16.1. Reserva-se à Prefeitura Municipal de Marcolândia – PI a faculdade de revogar ou anular a presente licitação, o seu exclusivo critério, bem como o direito de adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e/ou abertura



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

das propostas, descabendo em tais casos qualquer indenização aos licitantes.

17. DO CONTRATO

17.1. Convocado, o licitante vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato, como previsto no art. 64 da Lei nº 8.666/93.

17.2. A empresa adjudicatária, que convocada, no prazo de validade de sua proposta, a assinar o termo de contrato, vir a desistir de assinar o mesmo, ser-lhe-ão atribuídas às penalidades prevista em Lei e neste Edital, respeitado o direito de recurso.

17.3. O Contratado deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, respeitadas todas as condições de habilitação e qualificação aqui exigidas, na forma do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93.

17.4. Havendo interesse público, a futura contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, de qualquer ordem, que se fizerem necessários, até os limites fixados na Lei nº 8.666/93.

17.5. O Contrato decorrente desta Licitação terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura ou até quando perduram as quantidades dos produtos da planilha, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §1º da Lei nº 8666/93.

17.6. A empresa vencedora do certame deverá fornecer todos os serviços que tem que ser de boa execução, sob pena de rescisão contratual.

18 - DAS PENALIDADES:

18.1 O contratado inadimplente, total ou parcialmente, ficará sujeito às sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia ultrapassado o referido prazo ficará sujeito à multa de 10% do valor adjudicado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo de até 2 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Esta licitação será regida pelo disposto na Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Nº 8.883, de 08/01/94, pela Lei 9.648, de 27/05/98 e Lei 10.520/02, e demais normas pertinentes, e poderá ser revogada por



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

motivos de interesse público decorrente de fato superveniente ou anulada por motivos de ilegalidade no seu processo, através de publicidade geral.

192. É facultada à Comissão de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, solicitar demonstração dos serviços e a eficiência dos mesmos sendo que deve-se manter durante todo o fornecimento a mesma excelência, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

193. O resultado desta licitação será divulgado no mural de publicações legais da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA - PI, e Diário Oficial dos Municípios, PORTAL DA TRANSPARENCIA (www.marcolandia.pi.gov.br).

194. O contrato a ser celebrado poderá ser alterado, além do previsto no presente Edital, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

195. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA - PI, a critério de seu representante legal, reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos casos previstos em lei ou por motivos de conveniência e oportunidade, técnica ou financeira, sem que, com isso, caiba às licitantes reclamarem qualquer espécie de indenização.

196. Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes:

ANEXOS QUE COMPÕE ESTE EDITAL:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Minuta do Contrato
- Anexo III – Modelo da declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação;
- Anexo IV – Declaração de Fato Superveniente;
- Anexo V - Declaração de que não emprega menor
- Anexo VI - Declaração de Teor do Edital
- Anexo VII – Declaração de Enquadramento ME, EPP

Marcolândia – Piauí, 06 de janeiro de 2020.

Fábio Guimarães Granja .:
Presidente da CPL/PREGOEIRO

Equipe de apoio:

Sebastião Batista de Carvalho
Membro (secretario)

Cícera Alanha Nunes
Membro



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020.

ANEXO I – Termo de Referência

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS NA ÁREA DE ESPORTE QUE INCLUI ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPO DE FUTEBOL, SOCIETY E FUTSAL NOS CAMPEONATOS ESPORTIVOS REALIZADOS POR ESSA ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2020 INCENTIVOS A PRÁTICA DE ESPORTES, ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTES EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020.

JUSTIFICATIVA: A contratação se faz necessária, tendo em vista que a PREFEITURA DE MARCOLÂNDIA, possui a secretaria de esporte a favorece a prática esportiva dentro do município melhorando a saúde das pessoas e fornecendo entretenimento diversos para suprir as demandas destas entidades.

FORMA DE PAGAMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA – PI fará o pagamento até o dia 10 do mês subsequente às aquisições.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: O contrato oriundo do presente processo terá validade até o dia 31 de dezembro de 2020, a contar da data de assinatura do mesmo.

A proposta terá de ter sua validade não inferior a 60(sessenta) dias.

Planilha

Será Anexo Separadamente

Marcolândia-PI

Fábio Guimarães Granja ∴
Presidente da CPL/PREGOEIRO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° _____/2020

Contrato que entre si celebram a
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA – PI e a empresa abaixo
identificada para os fins nele indicados.

Aos xx (xxxx) dias do mês de xxx do ano de 2020, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA - PI, situada na Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Marcolândia- PI, inscrita no CNPJ sob o n° 41.522369/0001-15 e denominada daqui por diante de CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **FRANCISCO PEDRO DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, CPF: xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Marcolândia - PI, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ n° xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Inscrição Estadual: xxxxxxxx, estabelecida à xxxxxxxxxxxx – Bairro xxxxxxxx, cidade xxxxxxxxxxxx, aqui denominada de CONTRATADA, tendo ajustado e acordado o presente Termo de Contrato, que se regerá pelas Cláusulas e Condições abaixo estabelecidas, com base no Processo de Licitação do PREGAO PRESENCIAL N.º **002/2020** fundamentado na Lei n° 8.666/93, com alterações da Lei n° 8.883/94, RESOLVEM celebrar este Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1. A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS NA ÁREA DE ESPORTE QUE INCLUI ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPO DE FUTEBOL, SOCIETY E FUTSAL NOS CAMPEONATOS ESPORTIVOS REALIZADOS POR ESSA ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2020 INCENTIVOS A PRÁTICA DE ESPORTES, ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTES EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS

2. É parte integrante do presente contrato o Processo Licitatório na modalidade PREGAO PRESENCIAL N° 002/2020, com toda documentação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO

3. A CONTRATANTE obriga-se a pagar a CONTRATADA pelo objeto do presente contrato o valor estimado de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX reais), de acordo com a proposta apresentada pela contratada.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme as compras realizadas, estando devidamente atestada pelo setor competente, por meio de transferência eletrônica à firma contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FONTE DE RECURSOS.

4.1 Os recursos serão provenientes do Orçamento Geral do Município de Marcolândia Exercício de 2020: Os recursos serão provenientes do Orçamento Geral do Município de Marcolândia Exercício de 2020: RECURSOS ORDINÁRIOS: FPM/ICMS/ARRECAÇÃO E OUTROS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Órgão: 02 Prefeitura Municipal de Marcolândia

Unidade: 03 Secretaria Municipal de Administração e finanças

Sub Unidade: 00 Secretaria Municipal de Administração e finanças

Manutenção e Encargos da ADM Geral

04.122.1303.2005.0000

Órgão: 02 Prefeitura Municipal de Marcolândia

Unidade: 10 Secretaria Municipal de Esportes

Sub Unidade: 00 Secretaria Municipal de Esportes

Incentivo a Prática de Esportes

27.812.3914.2041.0000

ELEMENTO: 3.3.90.39. Outros serviços de terceiro – Pessoa Jurídica

FONTE 001

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4. A CONTRATADA deverá fazer executar os serviços, de acordo com cada ordem de serviço emitida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA - PI.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6. O presente Contrato vigorará por xx (xxx) meses, contados a partir da ordem de fornecimento à 31/12/20xx, podendo ser renovado/aditivado, conforme a Lei nº 8.666/93 e a necessidade da Administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

7. No interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA - PI, o objeto deste CONTRATO poderá ser aumentado ou suprimido, conforme disposto no Art. 65 Parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.0. A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados a Contratante e/ou a terceiros, decorrentes do fornecimento do objeto ora contratado, isentando a contratante de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento dos respectivos serviços.

8.1 A Contratada ficará obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

8.2 A contratada se responsabilizará pelos serviços Fornecidos.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9. A contratante é obrigada a efetuar os pagamentos devidos à empresa CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato;

9.1. Fiscalizar a execução deste Contrato.

9.2. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira no fornecimento dos Materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10. Caso a CONTRATADA venha a infringir qualquer CLÁUSULA deste Contrato, estará sujeita aos procedimentos previstos nos Art. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11. O presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos Art. 77 a 79 da Lei n.º 8.666/93, e legislação pertinente. Havendo rescisão do presente Contrato, à CONTRATADA serão assegurados os direitos previstos no Art. 79, Parágrafo 2º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12. O presente Contrato nos casos omissos será analisada a Lei 8.666/1993 e a constituição federal de 1988, para que seja assegurado os direitos do CONTRARADO E CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato será o da cidade de Simões-PI, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir litígios que por ventura venham a surgir na interpretação e execução do presente Contrato.

13.1. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi redigido o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Marcolândia (PI), xx de XXXX de 2020.

Francisco Pedro de Araújo
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

1. _____

CPF:

2. _____

CPF:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020.

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

A empresa xxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx Inscrição Estadual ou Municipal xxx, sediada na rua xxxxx, cidade xxxx Estado xx, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS NA ÁREA DE ESPORTE QUE INCLUI ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPO DE FUTEBOL, SOCIETY E FUTSAL NOS CAMPEONATOS ESPORTIVOS REALIZADOS POR ESSA ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2020 INCENTIVOS A PRÁTICA DE ESPORTES, ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020, em cumprimento ao previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, DECLARA, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

Local, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura do
Representante legal Cargo:
RG.:CPF:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

ANEXO IV - PREGAO PRESENCIAL N° 002/2020.
MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

A empresa _____ (CNPJ)
_____, com sito à Rua
(endereço completo) _____

_____, Declara, sob as penas da lei, para fins de participação do PREGAO PRESENCIAL N° 002/2020 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura do
Representante legal Cargo:
RG.:CPF:

OBS: A presente declaração deve ser feita em papel timbrado da empresa.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

ANEXO V – PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2020
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

Empresa Tal, inscrita no CNPJ:_____, por intermédio do seu representante legal o Sr._____portador da Carteira de Identidade Nº_e do CPF:_____, DECLARA para fins do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854/99 e no inciso V do Art. 13 do Decreto nº 3.555/2000, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, e a partir de 14 anos.

Local, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura do
Representante legal Cargo:
RG.:CPF:

OBS: A presente declaração deve ser feita em papel timbrado da empresa.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

ANEXO VI – PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2020.
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado que conhece e aceita o teor completo do edital do PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2020, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Local, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura do
Representante legal Cargo:
RG.:CPF:

OBS: A presente declaração deve ser feita em papel timbrado da empresa.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

ANEXO VII – PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2020.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Senhora Presidente da CPL,

Empresa _____ CNPJ _____, sediada (endereço completo) _____, declara para fins do disposto no edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso I e II do art. 3º da Lei Complementar n. 123/06. Declara ainda, que a empresa está excluída no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/06.

Atenciosamente,

(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001-15

Rua Porfíria Maria de Sousa, 21 – Centro – Fone (89) 3439-1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Prefeituramarcolandia@yahoo.com.br

ADM. 2017-2020

PROTOCOLO DE RETIRADA DE EDITAL E SEUS ANEXOS

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2020.

Data Abertura: 21/01/2020. Às 08:30: HORAS

Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS NA ÁREA DE ESPORTE QUE INCLUI ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPO DE FUTEBOL, SOCIETY E FUTSAL NOS CAMPEONATOS ESPORTIVOS REALIZADOS POR ESSA ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2020 INCENTIVOS A PRÁTICA DE ESPORTES, ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTES EDITAIS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020.

A Empresa _____
inscrita no CNPJ nº _____ sediada na rua
_____, nº _____, bairro _____ na
cidade de _____

_____, retirou o edital do Pregão Presencial nº
002/2020, e seus anexos e deseja ser informada de
qualquer alteração, caso ocorra, pelo e-mail
_____.

Teresina, _____ de _____ de 2020.

(Assinatura legível)

Obs: Este recibo deverá ser enviado pela empresa licitante que retirou o edital, para Comissão Permanente de Licitação – da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA – PI, através do e-mail: transparenciapm@gmail.com.br se exime da responsabilidade de comunicação, de quaisquer eventuais retificações que ocorra no instrumento convocatório, à empresa que não encaminhar este recibo em tempo hábil, ou prestar informações incorretas no mesmo.